

Dr. Eng. Hermínio Duarte-Ramos
 Editor de *ELECTRICIDADE*

Unidades de Crédito

Noutros tempos todo o sistema educativo (hoje dito "sistema de ensino", dando a impressão que não é um sistema de aprendizagem e muito menos um sistema para educar) assentava numa estrutura rígida de disciplinas anuais, que só evoluía de geração em geração, digamos, de década em década. Mesmo assim, as modificações eram mais circunstanciais do que estruturais.

Actualmente, a dinâmica societal é nitidamente muito superior, a todos os níveis e em todas as áreas de actividade, devido à passagem do mecanicismo para o informatismo. Os respectivos efeitos manifestam-se nas sucessivas "reformas" do ensino básico, secundário e superior. De facto, as condições de progresso na caminhada da educação dos jovens variam constantemente, tornando cada vez mais ignorantes os próprios pais (já que a sociedade de consumo se encarrega de os afastar inexoravelmente para o pragmatismo económico). Ignorância que se traduz em descrédito dos filhos em relação aos conhecimentos dos progenitores, incrementando naturalmente a intensidade do desrespeito. Num crescendo exponencial, até à rotura. Quando esses filhos também forem pais, e então reconhecerem igualmente a precaridade das suas convicções, a instabilidade das respectivas ideias.

Numa sociedade informatizada, onde o acesso a tudo é cada vez mais fácil, os sedimentos são bem diversos daqueles que o pensamento mecanicista produziu. E quem não conseguir sintetizar a sua própria personalidade será criado para entontecer ou aceitar a mecanização humana da dinâmica, imposta pelos inovadores da dispersão social. É o que vislumbro na prática que me rodeia e tenta cercar-me.

As universidades estruturam os seus cursos em unidades de crédito. Estes créditos (linguagem bem actual, no paradigma economicista do mundo em globalização) são acumulados pelos estudantes ao longo dos anos, até que a soma legitime a entrega do ansiado diploma. Trata-se da expressão do conjunto de aulas do curso, conforme a sua natureza (teórica, prática ou teórico-prática) e a duração total das disciplinas frequentadas.

A vantagem das unidades de crédito reside nas opções possíveis para cada um, segundo os seus apetites, tendências ou vocações. Para além da formação essencial, em disciplinas obrigatórias (fundamentais e especializadas), existe a possibi-

lidade de complementar a formação universitária por algumas disciplinas específicas, na parte terminal das licenciaturas. Desde que haja a indispensável oferta, ou seja, que os docentes tenham condições para oferecer mais de si próprios e que haja interessados nos temas abordados. Foi assim que bem acolhi o princípio das unidades de crédito.

Considere-se uma licenciatura em engenharia, com 5 anos ou 10 semestres curriculares, tendo permanentemente 5 disciplinas no plano de estudos aconselhado. Por hipótese simplificativa, cada uma possui 2 h/semana de aulas teóricas e 3 h/semana de aulas práticas, a que correspondem 3 unidades de crédito. Assim, a carga horária é de 25 h/semana, à qual se atribuem 15 unidades de crédito por semestre. Ao fim da aprovação em 5 anos, após um esforço discente de 250 horas, cada estudante obtém 150 unidades de crédito. E com isto recebe um diploma de licenciado, para reconhecimento na Ordem dos Engenheiros e exercício profissional em empresas ou instituições.

Na realidade, acontece haver disciplinas com menor carga horária, o que faz aumentar o número de disciplinas do curso, para o mesmo número de horas de aula por semana. E ocorre também maior valor da totalidade de unidades de crédito, devido à incipiente capacidade pedagógica de quem lecciona para satisfazer os requisitos mínimos dos empregadores.

Baseado nestes princípios, há cerca de cinco anos, quando Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, promovi uma uniformização dos cursos de licenciatura para cerca de 160 unidades de crédito (ou 16 U. C. por semestre curricular). O número de disciplinas depende da sua natureza e das metodologias didácticas adequadas. Daí inferir-se a especificidade dos docentes. Mas a sua quantidade é função do número dos alunos que frequentam as disciplinas.

Acontece que o financiamento público da docência assenta num rácio-padrão definido pela relação docente/discentes. Nas engenharias estabeleceu-se 1/11. Deste modo, uma licenciatura estabilizada com cerca de 100 estudantes a tempo inteiro (que frequentam a carga horária semanal de referência do curso) em cada semestre curricular dispõe de verbas para 9 docentes. Como funcionam

5 semestres curriculares num semestre lectivo (no ano do calendário) o orçamento disponível contempla 45 docentes, portanto cada um com a carga horária média aproximada de 6 horas por semana (excluindo dispensas legais, como sabáticas ou preparação das dissertações de doutoramento).

Vê-se que o financiamento público é independente do número de disciplinas e da sua carga horária, ou seja, não depende das unidades de crédito. Esta realidade economicista (exemplo: o vencimento médio de 500 contos mensais por docente implica um custo anual de 630 contos por estudante) permite manobras muito distintas. Pode-se dizer que, agora, cada qual (no poder e pelo poder) faz como quiser. O liberalismo, orientado pelas leis do mercado, ditará quem sobrevive na concorrência selvática. Todavia, a regulação pelo mercado é lenta, possui uma grande constante de tempo, agindo quando os males já doem. Pior ainda: os oportunistas têm a vida muito facilitada, não deixando de aparecer, a sugar uns e a espezinhar outros.

E o que surge quando se passa de 160 U. C. para 175 U. C. aumentando a escolaridade prática das disciplinas. Carrega-se no esforço discente e exigem-se mais docentes. Mas a constância do rácio-padrão e do número de estudantes vai sobrecarregar os docentes existentes, com mais 15 U. C., equivalentes a cerca de 22 horas no plano curricular. Com 25 alunos por turma (dos 100 inscritos a tempo inteiro num semestre do curso) há que desdobrar uma disciplina em 4 turmas. Na simultaneidade dos cinco anos curriculares do curso exigem-se mais 44 horas de docência em cada semestre lectivo.

Uma resposta a esta calamidade consiste em contratar 7 novos docentes. Mas como o orçamento não permite, resulta obviamente uma sobrecarga docente para aqueles que já estavam a suportar o rácio da licenciatura. Em vez de distribuir 250 horas de aulas por 45 docentes previstos orçamentalmente, exige-se a repartição de 299 horas pelos mesmos 45 docentes. E como esta repartição não é uniforme, claro está que haverá alguns sacrificados. Inutilmente. Porquê?

Porque se quer industrializar a Universidade com mão-de-obra gratuita: em vez de se transmitir a síntese do conhecimento em poucas horas, dá-se tempo à produção da sua análise. Porque já não há professores – mas operários da investigação, ávidos de unidades de crédito, para justificarem que são professores. **E**